

Penitenciária Francisco Floriano de Paula, em Governador Valadares, terá Estação de Tratamento de Água (ETA)

Previsão é que o empreendimento seja concluído em 18 meses 11 de Dezembro de 2023 , 13:03

Atualizado em 11 de Dezembro de 2023 , 14:26

O Governo de Minas, por meio da Secretaria de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra), autorizou, na última quarta-feira (6/12), a construção de uma Estação de Tratamento de Água (ETA), para abastecimento da Penitenciária Francisco Floriano de Paula, no distrito de Nova Floresta, em Governador Valadares.

Com a publicação da ordem de início, a empresa vencedora da licitação terá o prazo de dez dias para mobilizar equipe. Após a construção, a ETA vai beneficiar mais de 1,7 mil pessoas, entre servidores, internos e visitantes do presídio. O investimento para a implantação é de cerca de R\$3,7 milhões e estima-se que até meados de 2025 a estação já esteja em funcionamento.

A unidade

O diretor da Regional de Polícia Penal da 8ª Região Integrada de Segurança Pública, Danilo Gomes, explica que a penitenciária está localizada na zona rural de Governador Valadares e o fornecimento de água sempre foi viabilizado por meio de poços artesianos.



Ele detalha que “entre 2020 e 2021, a quantidade de água nos lençóis freáticos diminuiu bastante e não estava sendo suficiente para abastecer a unidade. Sempre fizemos o tratamento da água que utilizamos em nossa unidade, mas era necessário construir uma estação para captação e tratamento para abastecer o presídio”.

Atualmente, o fornecimento de água para consumo é realizado por meio de caminhões pipas através de uma empresa terceirizada e o valor do contrato ultrapassa R\$500 mil por ano.

"As demandas para utilização da água para a limpeza do presídio estavam sendo supridas por meio de poços profundos tubulares, mas que não apresentam tratamento, volume e capacidade suficientes e adequados para suprir a quantidade total utilizada no presídio", explica o fiscal da obra Carlos Alexandre de Souza.



O orçamento para execução da obra será por meio da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), descentralizadas para a Secretaria de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias de Minas Gerais (Seinfra) por meio de de Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário.

